

ANA FLORA MÜLLER MOURA

**Um estudo bibliográfico a respeito do processo de construção
do vínculo afetivo em famílias recasadas**

**Trabalho de Conclusão de Curso
em Terapia Relacional Sistêmica,
apresentado como requisito para
obtenção do Título de Especialista
em Psicologia Clínica.**

Orientadora: Doris Waldow

Florianópolis

2013

Um estudo bibliográfico a respeito do processo de construção do vínculo afetivo em famílias recasadas¹

Ana Flora Müller Moura²
Doris Waldow³

Resumo- Ao longo do tempo, a instituição família vem sofrendo transformações que acarretam modificações em sua configuração e por consequência alteram os padrões de interação existentes nela. Desse modo, a família composta por pai, mãe e filhos deixa de ser unânime e outras configurações emergem no cenário social, em destaque a família recasada que se caracteriza pela união de duas pessoas com ou sem filhos, em que pelo menos uma delas vivenciou o divórcio ou a viuvez num momento anterior. Com base em pesquisas que utilizaram a teoria sistêmica e a teoria do apego para a compreensão do processo de recasamento, bem como em artigos e estudos sobre família, foram abordadas algumas questões a respeito do assunto e apontados aspectos do vínculo afetivo com o intuito de compreender fatores que interferem na construção do vínculo afetivo entre o(s) filho(s) de um dos progenitores com seu novo companheiro(a) dentro de uma nova união conjugal. Pode-se perceber que: a forma como os cônjuges experienciaram o cuidado recebido quando eram crianças e como expressaram esse cuidado com seus filhos e enteados; a maneira como foram elaborados os sentimentos não-resolvidos com relação à união anterior e com a família de origem; as crenças diante da nova união; a forma como percebem a participação de seus companheiros nos cuidados com seus filhos; e como o pai/mãe não residente é visto pela nova família e por seu(s) filho(s) são alguns dos fatores que poderão facilitar ou dificultar o processo de vínculo.

Palavras chaves- Família recasada; vínculo afetivo; sistema familiar.

A bibliographical study on the process of construction of bonding in remarried families

Abstract- Along times, the family institution is undergoing transformations that cause changes in the family configuration and consequently alter the patterns of interaction within this family. Thus, the family consisting of father, mother and children is no longer unanimous and other settings emerge on the social scene, such as the remarried family which is characterized by the union of two people with or without children, where at least one of those individuals have experienced the divorce or widowhood prior to this new union. Based on researches that used family systems theory and attachment theory for understanding the process of remarriage, as well as articles and studies about families, some issues about this topic were approached, and some aspects regarding bonding were highlighted, in order to understand how it is possible to build the bonding between one of the parent's partner and his or her child or children within a new marital union. It is possible to notice that: the way partners experienced the given care when they were children, and the way they expressed this care to their children or stepchildren; the way how unresolved feelings regarding the former relationship and the family of origin were expressed; the beliefs concerning this new union; the way how partners notice their new husband or wife taking care of their children; and how the father or the mother who does not live in the house is seen by the new family and the new child or children are some of the factors which can make the bonding process easier or more difficult.

Keywords- Remarried family; bonding; family system.

¹ Trabalho de conclusão de curso apresentado para obtenção do título de especialista em psicologia clínica pelo Familiare Instituto Sistêmico – De acordo com Parecer de Sonia de Lima.

² Graduada em psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina.

³ Mestre em Psicologia. Especialista em Psicologia Clínica. Orientadora deste trabalho.

No decorrer da história, a instituição família passou e continua passando por mudanças em sua configuração e funcionamento, alterando assim os padrões de relacionamento entre seus membros. A compreensão do que vem a ser a família neste processo sofreu transformações. A família tradicional também chamada de nuclear “intacta” composta por mãe, pai e filhos deixa de ser unânime na sociedade e abre espaço para outras composições que aparecem no cenário social (Oliveira, Siqueira, Dell’ Aglio, & Lopes, 2008).

Conforme a avaliação de Beiras (2008), o momento histórico atual permite diversas formas de ser e estar no mundo e com isso outras possibilidades de configurações familiares se misturam a padrões antigos de família. Aos poucos, vão-se diminuindo as hierarquias opressoras e emergindo sujeitos de direitos na sociedade e dentro do espaço familiar.

Hoje, o homem passa a dividir a posição de provedor com a mulher que juntos repartem as despesas e a organização do ambiente familiar. Neste movimento de conquista de direitos e igualdade de condições, emergem outros arranjos domésticos como: famílias em que o homem ou a mulher assumem sozinhos o cuidado com os filhos e o sustento financeiro da família (monoparentais); casais sem filhos; casais com filhos adotivos; famílias homoafetivas; recasadas, entre outros modelos (Beiras, 2008; Oliveira, et. al., 2008; Ried & Pereira, 2012).

Segundo informações do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2010 foram registrados 977.620 casamentos no Brasil, tendo um aumento de 4,5% em relação a 2009. Salienta-se que, do total de registros, 18,3% foram de recasamento.

“A pesquisa mostra também que os casamentos entre homens divorciados e mulheres solteiras totalizaram 7,8% em 2010, enquanto aqueles entre mulheres divorciadas e homens solteiros alcançaram 4,5%. O Rio de Janeiro registrou a menor proporção de casamentos entre solteiros (76,7%), ao passo que a mais elevada foi no Piauí (92,9%). Entre indivíduos divorciados, as maiores proporções foram no Rio de Janeiro e em São Paulo (4,2%, em ambos). Já as uniões formais entre mulheres divorciadas e homens solteiros foram mais frequentes em Rondônia (5,9%) e São Paulo (5,8%). Entre homens divorciados e mulheres solteiras, as maiores percentagens foram observadas no Distrito Federal (10,0%) e no Rio de Janeiro (9,4%)”. (Fonte site IBGE, acessado em 13 de outubro de 2012).

Cabe lembrar que os dados apresentados representam apenas uma parcela da população brasileira, visto que há casais que não registram a união e conseqüentemente

não aparecem nos documentos de Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais, nem de Varas de Família, Foros, Varas Cíveis e Tabelionatos onde há declarações de separações e divórcios; estes órgãos serviram de fonte para a consulta e elaboração do censo demográfico 2010, conforme divulgado pelo site do IBGE.

Os dados demonstram uma necessidade de se atentar para as questões voltadas ao recasamento e à complexidade destas relações, pois vem se tornando uma constante em uma sociedade em que valores e regras estão se modificando, permitindo novas configurações e conseqüentemente novas realidades sociais que alteram padrões familiares e promovem discussões éticas, científicas e religiosas a respeito do tema.

Tendo em vista tal realidade, o enfoque deste trabalho será a família recasada e as implicações no convívio entre os novos membros. Essa, como uma das configurações emergentes, é caracterizada pela união de duas pessoas com ou sem filhos, em que pelo menos uma delas vivenciou o divórcio ou viuvez num momento anterior.

O fenômeno do recasamento é amplo, com múltiplas variações em suas possibilidades de composição. Podem ser configurações mais simples, como quando um dos cônjuges é viúvo ou divorciado, com ou sem filho(s) da primeira união e se recasa com um cônjuge que nunca havia sido casado e que não possui filho(s), ou mais complexas, quando ocorre a união de duas pessoas que levam consigo os filhos de uniões anteriores e podem ter filho(s) em comum (Oliveira, 2005).

Numa experiência de atendimento às famílias recasadas, na rede de saúde de um município da Grande Florianópolis em 2011, foi observado junto a estes grupos familiares, conflitos, geradores de sofrimento psíquico, entre o(s) filho(s) de um dos progenitores com seu novo companheiro(a) aparecendo, em maior número, as situações em que as mulheres levam consigo filho(s) de um relacionamento passado e se recasam com homens que ainda não tem filho(s).

A partir da constatação de que é crescente o número de recasamentos, em especial, na sociedade brasileira, e da prática de atendimento esboçada acima; percebeu-se a necessidade de buscar recursos teóricos para dar fundamentação ao trabalho clínico. Destarte, este artigo se trata de uma pesquisa bibliográfica, pautada em estudiosos da teoria sistêmica e da teoria do apego.

A teoria sistêmica amplia o olhar sobre a dinâmica familiar ao descrever suas estruturas, fronteiras, crenças, papéis familiares, entre outros, enquanto a teoria do apego explica a raiz dos vínculos afetivos e permite o conhecimento do modo como as pessoas constroem suas relações ao longo de suas vidas (Oliveira, 2005). Com base nesse entendimento, serão abordadas questões que permeiam o processo de recasamento, como também aspectos do processo de construção do vínculo afetivo.

Diante desta perspectiva teórica, o estudo em questão tem o propósito de compreender o funcionamento da família recasada e o processo de construção do vínculo afetivo dentro desta configuração familiar, bem como apontar fatores que interferem na construção do vínculo afetivo entre o(s) filho(s) de um dos progenitores com seu novo companheiro(a).

Pensando a dinâmica da família recasada.

A família pode ser entendida como um sistema de interação em constante transformação que tem como função assegurar a continuidade e crescimento psicossocial aos seus integrantes. O duplo processo de crescimento e de continuidade se desenvolve por meio de um equilíbrio dinâmico que possibilita ao sistema familiar a manutenção de regras e a adaptação às mudanças nas diferentes fases do seu ciclo de desenvolvimento e demandas sociais (Andolfi, 1981).

É no espaço familiar que a criança adquire habilidades, comportamentos e internaliza valores próprios de uma determinada cultura. No momento atual, a família vem apresentando mudanças nas relações parentais, na hierarquia e sociabilidade. As novas configurações familiares emergem centradas na valorização da fraternidade, solidariedade, ajuda mútua, laços de afeto e de amor (Oliveira, et. al., 2008).

Quanto à família recasada, autoras como Carter & McGoldrick (1995) consideram que “um segundo casamento envolve o entrelaçamento de três, quatro ou mais famílias” (p. 344), entendendo o recasamento como um processo complexo a ponto de ser pensado como outra fase ao ciclo de vida da família⁴ para os envolvidos.

⁴ As autoras acreditam que a família passa por estágios de desenvolvimento que implicam em tarefas desenvolvimentais características da fase. Tais estágios podem ser normativos, isto é, que seriam esperados no percurso do desenvolvimento familiar (formação do casal, família com filhos pequenos, família com adolescentes, jovem adulto solteiro, ninho vazio e estagio tardio de vida), ou serem acometidos por vicissitudes (divórcio e recasamento, doença crônica, morte prematura, etc).

No contexto de um novo casamento, os cônjuges necessitam conciliar diversas relações provenientes de uniões anteriores; é comum o casal conviver com filhos de relacionamentos passados, com seus ex-cônjuges e suas famílias de origem. Sendo assim, nos casos em que os filhos de um dos cônjuges passam a residir com o novo casal continuará existindo a referência do pai ou da mãe não residente, bem como dos seus avós, tios e primos e outros familiares o que amplifica a organização familiar num processo ainda mais complexo de interações. Contudo, é na convivência com os novos membros que poderão se formar vínculos afetivos saudáveis, sendo estes o alicerce para o desenvolvimento bem-sucedido da família recasada (Oliveira, 2005).

No decorrer deste artigo será empregada a palavra “recasada” para falar do processo de recasamento, por ter sido citada pelos autores estudados como a terminologia mais adequada, já que, conforme o pensamento de Carter & McGoldrick, o termo “família recasada” dá ênfase ao vínculo conjugal.

Oliveira (2005) comenta que ainda não há uma nomenclatura específica para esta união que não se conecte ao padrão de família nuclear: mãe, pai e filhos. Contudo, os autores utilizam a expressão “família recasada” por considerar que as nomenclaturas “reconstituídas”, “reestruturadas”, remetem a uma família que necessita se refazer, buscando como modelo a família nuclear.

No que se refere aos papéis familiares, isto é, as funções de pai e mãe, entre outros, dentro do contexto familiar, não há uma definição clara para denominar esses novos companheiros que passam a existir no recasamento, sendo comumente empregados os termos “padrasto” e “madrasta”. Porém, enquanto os estereótipos de “pai” e “mãe” têm conotações positivas perante a sociedade, sendo, respectivamente, visto como “chefe de família” e “cuidadora”; ao longo da história, as figuras de “padrasto” e “madrasta” foram vistas de forma pejorativa e receberam uma conotação negativa por meio dos contos infantis e do imaginário popular que atribuiu ao “padrasto” o adjetivo “violento” e a “madrasta” a idéia de uma pessoa “malvada” que cuida de crianças que perderam suas mães (Ribeiro, 2005).

Soares (2012), que realiza suas pesquisas dentro dessa problemática define que os estudos acerca dos papéis familiares se dividem em dois modelos: o primeiro seria a idéia de que ocorra a substituição, isto é, “padrasto” e “madrasta” assumiriam os lugares

de pai e mãe, respectivamente; já o segundo, mais utilizado, considera que os espaços de mãe e pai devem ser preservados, acrescentando-se novos lugares, o de “padrasto” e “madrasta”. Esse pressupõe que a filiação deve ser mantida e uma outra parentalidade poderá ser construída por meio do exercício da padrastalidade/madrastalidade.

Como essa nomenclatura ainda remete à concepções pejorativas, neste artigo optou-se por utilizar os termos companheiro e companheira para pensar na relação de vínculo afetivo entre pessoas que não tem laços consanguíneos, mas que convivem pela proximidade com familiares como a mãe ou o pai da prole.

O processo de constituição da família recasada a partir da teoria sistêmica

Como mencionado anteriormente, a compreensão do que vem a ser a família recasada deve considerar a complexidade das relações estabelecidas entre seus integrantes. A complexidade é um dos fundamentos da teoria sistêmica que possibilita o reconhecimento de que o olhar sobre um fenômeno deve transcender as explicações de causa e efeito da ciência tradicional e observar os seus vários contextos, isto é, os seus diferentes ângulos de visão. Por meio deste paradigma da ciência é possível o entendimento de como as relações familiares foram se construindo ao longo do tempo e do espaço (Oliveira, 2005; Vasconcelos, 2002).

Sendo assim, pensar a família recasada na visão sistêmica é perceber a complexidade das interrelações existentes nas famílias. Cada pessoa da família é uma parte e só pode ser compreendida em relação ao todo organizado, isto é, ao sistema familiar. Com isso, se somarmos as partes não será equivalente ao todo, pois a compreensão desse sistema dependerá das conexões estabelecidas entre seus membros nas diferentes fases do seu ciclo de desenvolvimento, bem como das interconexões com outros sistemas (Vasconcelos, 2002; Capra, 1996).

A família recasada difere da família nuclear intacta quanto à estrutura e funcionamento. Enquanto na nuclear intacta as fronteiras biológicas, geográficas, legais e de pertencimento são mais facilmente definidas, nas recasadas essas fronteiras muitas vezes se tornam obscuras, devido à diversidade dos arranjos familiares e muitas vezes ao fato dos filhos ou enteados transitarem por dois ou mais lares, isto é, por mais de um sistema familiar, o que, quando não bem delineado pode gerar confusões frente ao papel de cada um em cada um desses sistemas.

A estrutura da família recasada pode ser variada. Nos casos em que a família recasada se constitui a partir da união de dois adultos em que pelo menos um deles tenha um ou mais filhos de um casamento anterior, as tarefas de cuidados com os filhos podem ser divididas por pelo menos três adultos: os pais biológicos e o companheiro ou companheira da mãe e/ou do pai. Quando há filhos da união anterior e filhos em comum da relação atual, as relações de parentesco entre eles e com a família extensa se diferenciam também entre os irmãos, assim como as denominações que podem ser meio-irmãos ou co-irmãos a depender da existência ou não de laços consanguíneos entre eles (Oliveira, 2005).

Conforme Minuchin (1992), cada membro da família pertence a diferentes subsistemas, estes podem ser formados por geração, sexo, interesse ou por função. Dentro destes subsistemas, os membros de uma família têm distintos níveis de poder e aprendem habilidades diversas. Sendo assim, “as fronteiras de um subsistema são as regras que definem quem participa e como...” (p.58). A partir disso, é importante observar as fronteiras familiares no processo de recasamento a fim de compreender qual a função que cada membro exerce em relação a sua posição na hierarquia familiar.

Na formação da família recasada ocorre a inclusão e exclusão de familiares decorrentes de uniões anteriores. É neste contexto que emergem expectativas explícitas e não explícitas no que diz respeito à relação e ao cônjuge que costumam adquirir uma dimensão maior do que na relação anterior; uma vez que além das expectativas dos cônjuges, aparecem as expectativas dos filhos e da família extensa quanto às relações que se formam e às funções que cada um exercerá na família (Travis, 2003).

Dentro deste contexto, os profissionais devem ter o conhecimento das possíveis crenças e/ou mitos que possam desencadear conflitos e frustrações a fim de auxiliar essas famílias a reformular as expectativas de forma realista. Durante o estudo dessas bibliografias pode-se perceber o destaque de três crenças: famílias recasadas são iguais às famílias nucleares intactas; a idéia que o amor acontece de forma espontânea; e por último que o afastamento dos pais biológicos não residentes fortalecerá o vínculo afetivo entre o atual companheiro(a) da mãe ou do pai com o(s) enteado(s).

Na primeira crença, de que as famílias recasadas são iguais às famílias nucleares intactas, o desejo de resgatar o modelo idealizado aparece quando as perdas sofridas na

relação anterior não são elaboradas adequadamente, o que implica expectativas impossíveis de serem alcançadas (Travis, 2003; Oliveira, 2005).

De acordo com Carter & McGoldrick (1995), a teoria sistêmica da família observa que as pessoas carregam consigo a bagagem emocional de questões não-resolvidas de relacionamentos passados que foram significativos e que, por sua vez, interferem na maneira como as pessoas reagem nos novos relacionamentos. Segundo elas, algumas pessoas tendem a colocar barreiras na intimidade com a intenção de evitar ficarem vulneráveis às novas mágoas, enquanto outras acreditam que a nova união poderá apagar ou minimizar as perdas sofridas.

As autoras mencionam que no primeiro casamento, a bagagem emocional é principalmente decorrente da família de origem, isto é, da relação com pais, irmãos, avós, tios, entre outros; enquanto que em uniões posteriores, os sentimentos não-resolvidos podem vir da relação com a família de origem, de uniões anteriores, do processo de separação e do período entre os casamentos. Afirmam que os novos relacionamentos a partir do recasamento são mais difíceis de serem negociados por não terem se desenvolvido lentamente e por iniciarem após o ciclo de vida de uma outra família ter sido deslocado trazendo consigo suas cicatrizes.

Vale citar que no recasamento o tempo de adaptação para assumir os papéis conjugais e parentais se torna menor, visto que muitos casais recasados podem ter filho(s) de relacionamentos anteriores, em que pelo menos um dos membros assume simultaneamente o papel de cônjuge e de “madrasta” ou “padrasto” (Travis, 2003; Oliveira, 2005).

A possibilidade de ocorrer uma adaptação imediata com o surgimento de um amor instantâneo é outra crença comum na família recasada. Nestes casos, os cônjuges criam a expectativa de que por estarem juntos e se amarem, também podem amar os filhos de seus companheiros instantaneamente, e serão por esses igualmente amados. Contudo, forçar o aparecimento de sentimentos de carinho e amor entre pessoas que não possuem ligação de consaguinidade e ainda não mantiveram uma convivência entre si, pode ocasionar ressentimentos que inibem ainda mais a formação de laços afetivos (Oliveira, 2005).

Cabe mencionar aqui que a díade conjugal antecede a díade parental no primeiro casamento, enquanto no recasamento essa ordem é invertida. Além disso, no período pós-separação a tendência é o estreitamento do vínculo entre a mãe ou pai e o(s) filho(s) que ficou(aram) morando com eles, o que pode tornar a entrada de um novo membro na família ainda mais difícil (Travis, 2003).

Em consonância com o mito do amor instantâneo, há a crença de que o afastamento da prole de seu pai ou de sua mãe biológica não residente possa fazer com que a criança/adolescente se apegue ao companheiro ou companheira do mesmo sexo que o progenitor afastado. Essa idéia é proveniente de uma tentativa de excluir aquele que interfere no processo de recriação da família intacta (Oliveira, 2005).

Diante dessas expectativas, quando se fala em afetividade das relações no recasamento podem ser intensos os sentimentos conflitantes com relação à nova família. Na família nuclear, o compromisso é a manutenção do próprio grupo. Em famílias recasadas, quase sempre, os filhos de uniões anteriores trazem para o grupo, o sentimento de lealdade⁵ com seus pais biológicos não residentes e familiares, e passam a ter experiências novas com o recasamento de sua mãe ou de seu pai (Travis, 2003).

Carter & McGoldrick (1995) argumentam que:

“Nem os pais, nem os filhos, nem os avós podem esquecer os relacionamentos que existiram antes. Os filhos jamais desistem de seu apego ao primeiro genitor, por mais negativo que esse relacionamento tenha sido ou ainda seja. Ter a paciência para tolerar a ambigüidade da situação e conceder um ao outro o espaço e tempo para os sentimentos acerca de relacionamentos passados é crucial para o processo de constituir uma família recasada” (p.346).

Além disso, por alguns dos membros, como filhos ou enteados, pertencerem a mais de um sistema familiar, aumenta a probabilidade de surgirem sentimentos confusos em relação às fronteiras, o que possivelmente resulta em conflitos de lealdade e sentimento de culpa⁶ em relação ao afeto recebido pelos pais e seus companheiros e/ou dado a eles. “A percepção dos filhos [...] sua participação numa nova família que

⁵ Conforme Boszormenyia-Nagy & Spark(2003), a lealdade diz respeito ao compromisso assumido pelos membros de um grupo, que ultrapassa o comportamento respeitoso por um pai, a exemplo, e pressupõe a interiorização das expectativas do grupo e por consequência a tomada de atitudes específicas que servem de demonstração de mérito e confiança grupal.

⁶ A incapacidade de cumprir as obrigações interiorizadas por um determinado grupo ocasiona sentimento de culpa (Boszormenyia-Nagy & Spark(2003).

exclui membros de sua família biológica e, principalmente, os sentimentos positivos em relação à nova família, desencadeiam sentimentos ambíguos...”, estes últimos, além de afetar as relações da criança/adolescente com os adultos envolvidos podem também afetar outros membros da família recasada (Travis, 2003, p.47).

Dentro deste contexto, Carter & McGoldrick (1995) chamam a atenção para a tentativa de muitas famílias recasadas quererem utilizar as regras e normas da família do primeiro casamento, o que nem sempre é possível. As autoras acreditam que para o bom funcionamento do recasamento, algumas tarefas básicas precisam ser observadas: a existência e manutenção de fronteiras permeáveis em torno dos membros das diferentes famílias, em que seja possível aos filhos movimentarem-se de forma flexível entre as casas de seus progenitores e de parentes; a aceitação das responsabilidades e sentimentos maternos/paternos do cônjuge; e a revisão dos tradicionais papéis de gênero na família. Dessa forma, quanto mais bem sucedido o divórcio, tendo o casal conseguido separar-se do cônjuge sem culpas e/ou ressentimentos e sem se afastar do(s) filho(s), maiores as chances de os novos relacionamentos estarem baseados no respeito e no afeto mútuo.

Quanto aos papéis familiares, é unânime entre os autores estudados que a falta de definição específica para as funções de “madrasta”, “padrasto” e “enteado” dificulta o reconhecimento dos papéis familiares e da expectativa social dessas relações. A falta de diferenciação entre as funções de “pai/mãe” e “padrasto/madrasta” podem acentuar ainda mais os sentimentos de conflitos (Travis, 2003; Oliveira, 2005; Ribeiro, 2005).

Muitas vezes o “padrasto”, ou “o companheiro da mãe”, exerce duplo papel, sendo visto ao mesmo tempo como intruso e herói que “salva” a família. Ele é requisitado para auxiliar na disciplina do enteado, mas ao mesmo tempo, recebe críticas pelo próprio enteado e/ou pela mãe diante de sua intervenção. Quanto ao papel da “madrasta”, esta costuma sentir-se menos envolvida emocionalmente com a criança/adolescente que comumente permanece com a custódia da mãe, mas muitas vezes necessita conviver com a relação de parceria entre seu companheiro e sua ex-esposa na função de co-parentar (Oliveira, 2005).

Processo de construção do vínculo afetivo a partir da teoria do apego

Para o entendimento de construção dos vínculos afetivos faz-se necessário resgatar os teóricos que se dedicaram a estudar a formação do apego. Bowlby, em seus estudos a respeito do apego em crianças, considera que o mesmo seja uma necessidade básica do ser humano, assim como a alimentação e sexo. Segundo ele, as ligações afetivas estabelecidas pela criança desde os primeiros anos de vida servirão de base para o desenvolvimento dos vínculos posteriores. No início, a criança desenvolve laços afetivos com seu(s) progenitor(es) e, posteriormente, entre indivíduos e outros adultos (Oliveira, 2005).

A principal função do apego é manter uma base segura com uma pessoa de referência, a fim de que essa seja um porto seguro, permitindo que a criança explore livremente o ambiente mantendo uma base para retornar em situações de perigo. A aproximação com a pessoa que será a figura de apego inclui comportamentos proximais, isto é, contato físico e aproximação, como também distais, como interação e comunicação à distância (olhar, sorriso, vocalização, entre outros) (Ferreira, 1986).

Conforme a mesma autora é consenso, entre os estudiosos no assunto, que o apego se caracteriza por ser “um conjunto de comportamentos por meio dos quais o indivíduo inicia ou mantém uma relação afetiva estável com indivíduos do seu grupo social” (p.18).

Um aspecto central na teoria de Bowlby é o papel das expectativas com relação à disponibilidade e à responsividade da figura de apego, sendo estas incorporadas em modelos de funcionamento interno que refletem memórias e crenças desenvolvidas nas experiências com o cuidador, e que posteriormente são levadas para novos relacionamentos. Tais modelos servem de guia à percepção e ao comportamento do indivíduo (Oliveira, 2005).

Os estudos acerca das diferenças individuais conduzidos por Ainsworth demonstram que há três padrões de apego: Apego Seguro, Apego Ansioso Evitante e Apego Ansioso Ambivalente (Oliveira, 2005).

No Apego Seguro, o bebê tem como base de segurança seus cuidadores. Ele consegue explorar o ambiente e conhecer a si mesmo e quando sente necessidade, percebe que os cuidadores estão disponíveis para atendê-lo. Nesses casos, o cuidador

apresenta como características principais a disponibilidade, a responsividade e a afetividade para com a criança.

O Apego Ansioso Evitante diz respeito ao bebê que não consegue a desejada proximidade emocional com o cuidador. Este costuma ficar inseguro para explorar ao redor e conhecer a si mesmo e quando se sente ameaçado evita buscar o contato com o cuidador, reprimindo as necessidades naturais de proximidade e conforto. Seu cuidador demonstra comportamentos de rejeição, rigidez, hostilidade e aversão à interação.

No Apego Ansioso Ambivalente o bebê reluta entre a proximidade constante do cuidador e a exploração de si e do ambiente, o que tende a ocasionar ansiedade de separação. Nesse padrão o cuidador mostra-se insensível, intrusivo e inconsistente (Oliveira, 2005).

Tais experiências vividas pela criança com seu cuidador inicial trará a primeira base influenciando sobremaneira na forma como o indivíduo se relaciona consigo mesmo, com o mundo e com as outras pessoas. Quanto mais segura e consistente a relação entre a criança e seu cuidador, maior facilidade o indivíduo terá em estabelecer novos vínculos saudáveis no decorrer de sua vida.

Os vínculos afetivos são formados a partir do relacionamento em que as trocas satisfazem determinadas necessidades dos indivíduos, como companheirismo, segurança, conforto, utilidade, percepção de competência, entre outras. O apego é um vínculo afetivo específico que tem como característica alcançar uma experiência de segurança e conforto no relacionamento. Tal característica não está necessariamente presente em outros vínculos afetivos (Oliveira, 2005).

Possibilidades de construção do vínculo afetivo entre o(s) filho(s) de um dos progenitores com seu o novo companheiro(a) a luz das teorias estudadas.

A teoria do apego nos orienta quanto à raiz dos vínculos afetivos. De acordo com os autores estudados, é nos primeiros anos de vida que a criança desenvolve uma ligação afetiva com o cuidador que servirá de modelo de funcionamento para o relacionamento com outros indivíduos ao longo da vida.

Sendo assim, pode-se pensar no modo como os cônjuges experienciaram esse cuidado quando crianças e de como essas experiências repercutem na forma como

expressam o afeto recebido com seus companheiros e com seus filhos e/ou enteados. Também o modo como os pais biológicos experienciaram o cuidado na infância influenciará na forma que hão de lidar com seu(s) filho(s) e no modo como irão perceber a participação do novo membro, atual companheiro(a), na vida dele(s), apoiando ou boicotando essa nova relação. E pode-se refletir ainda que, quanto mais seguro se deu o processo nas crianças (filhos e enteados) mais fácil será a aceitação e a formação de novos vínculos afetivos com o novo membro adulto.

Em harmonia com a teoria do apego, a teoria sistêmica da família destaca ainda que, além dos vínculos vivenciados, a influencia da bagagem emocional de questões não-resolvidas na família de origem, na primeira união, no processo de separação e no período entre os casamentos, repercute na maneira como os cônjuges e seu(s) filho(s) vivenciarão o processo de recasamento e a formação dessas novas relações.

É consenso entre os autores sistêmicos que a origem das dificuldades das famílias recasadas está na tentativa de utilizar como referência os papéis e normas da família nuclear intacta. Entretanto, a experiência do divórcio e do recasamento transforma a vida de todos os envolvidos, cônjuges e filhos, sendo necessária a reconfiguração das relações entre pais e filhos e a construção de novas redes de relacionamento, com “padrastos”, “madrastas”, “meio-irmãos” e “co-irmãos”, que ainda precisam ter suas funções mais estudadas e delineadas (Oliveira, 2005).

Os estudiosos na área afirmam que a expectativa criada nos casais recasados em torno do ideal de família faz com que os cônjuges pensem que por amarem seus companheiros possam instantaneamente passar a amar os filhos deles, assim como esses também os amariam pelo simples fato de a mãe (o pai) os amar, o que na prática dificulta a construção de vínculos afetivos. É na convivência que se torna possível construir uma relação de apego seguro, a partir do aparecimento de sentimentos de segurança, companheirismo, confiança, aceitação, entre outros, próprios dos vínculos afetivos significativos que permitirão a adaptação dos novos companheiros ao novo grupo familiar. Salienta-se ainda, a importância do tempo e do espaço para a elaboração dos sentimentos relativos ao passado e a construção de afetos oriundos da nova união, conforme apontado por Carter e McGoldrick (1995).

Dentro disso, o sentimento da mãe e/ou do pai em relação à separação, bem como o espaço que esses abrem na relação estabelecida com sua prole no período pós-separação será diretamente proporcional à maneira com que esse(s) filho(s) irá(ão) perceber o(s) novo(s) companheiro(s) no recasamento.

Teóricos como Carter & McGoldrick (1995) afirmam que a responsabilidade de cuidar dos filhos deve levar em consideração a influência dos pais biológicos; cada cônjuge, em parceria com seu ex-cônjuge, deve assumir a responsabilidade primária por criar e/ou disciplinar seus próprios filhos. Neste contexto, a forma como os pais biológicos não residentes vêem o recasamento dos seus ex-cônjuges e repassam para seu(s) filho(s) sua aceitação ou desaprovação, poderá facilitar ou dificultar a construção de vínculos afetivos saudáveis com os companheiros atuais.

Cabe citar aqui, que há famílias em que o ex-cônjuge se ausenta da responsabilidade de cuidar do(s) seu(s) filho(s), deixando esta função para a mãe ou o pai biológico que recebeu a guarda dos filhos. Diante disso, os cuidados passam a ser divididos com os novos companheiros que, em certos momentos são desautorizados pelos mesmos (Soares, 2012).

Em algumas das famílias atendidas, as mães verbalizaram ter dificuldades em dividir o cuidado dos seus filhos com o atual companheiro; muitas vezes nos momentos de discussão diziam que seus companheiros não poderiam intervir na educação de seus filhos, pois os mesmos eram filhos delas e, portanto, caberia a elas a decisão de repreendê-los quando necessário.

A partir das teorias estudadas é possível pensar que a construção de vínculo afetivo entre o novo companheiro e o(s) filho(s) de seus cônjuges dependerá de fatores que irão facilitar ou dificultar o processo. No presente estudo foram identificados alguns fatores que se destacam, estes são: de que forma os cônjuges experienciaram o cuidado recebido quando eram crianças e como expressaram esse cuidado com seus filhos e enteados; de que maneira foram elaborados os sentimentos não-resolvidos com relação à união anterior e com a família de origem; quais as crenças diante da nova união; de que forma percebem a participação de seus companheiros nos cuidados com seus filhos; e como o pai/mãe não residente é visto pela nova família e por seu(s) filho(s).

Considerações finais

A partir de pesquisas de autores que se dedicaram a descrever o fenômeno do recasamento e suas nuances, assim como de estudiosos da teoria do apego foi possível discorrer a respeito da construção do vínculo afetivo entre o(s) filho(s) de um dos progenitores com seu novo companheiro(a) em famílias recasadas.

É perceptível que o estudo do fenômeno do recasamento deve fazer parte do conhecimento dos profissionais em psicologia que atuam na rede de saúde e no atendimento às famílias e indivíduos em outros contextos, visto que é notório o aumento do número de famílias recasadas e indivíduos que vivenciaram em algum momento de suas vidas o processo de recasamento.

Com o presente estudo, pode-se perceber que no atendimento às famílias recasadas torna-se indispensável em primeiro lugar relativizar o significado social atribuído à estrutura familiar, isto é, família como sendo pai, mãe e filhos. A família passou e ainda passa por transformações em sua configuração familiar que conseqüentemente alteram os padrões de interação entre seus membros.

Os autores apresentados neste artigo enfatizaram que muitos indivíduos e famílias buscam com o recasamento resgatar a idéia de família nuclear intacta. Diante disso, cabe aos profissionais em psicologia estarem atentos às demais questões que englobam o recasamento, buscando promover junto às famílias reflexões com base: na história das famílias de origem de cada cônjuge, nas figuras de apego de cada um, na forma como cada integrante da família percebe o recasamento, e na forma como estão estabelecidos os vínculos afetivos entre os cônjuges com seu(s) filho(s) biológico(s) de uniões anteriores, com os filhos comuns do casal e enteados, bem como com seus ex-cônjuges e familiares.

O presente artigo se propôs a um estudo preliminar do processo de construção do vínculo afetivo em famílias recasadas. A partir das idéias apresentadas foi possível levantar alguns fatores, porém percebeu-se que ainda faltam estudos mais específicos acerca do tema, incluindo a possibilidade de estudos de casos e pesquisas de campo que possibilitem ampliar a compreensão de tais eventos tão comuns na atualidade, bem como subsidiar cada vez mais o trabalho de outros profissionais que atuam na área da família, sejam mediadores, assistentes sociais ou toda equipe de saúde.

Referências Bibliográficas

Andolfi, M. **A Terapia Familiar**. Lisboa: Veiga, 1981. Capítulo 1.

Beiras, A. **Família, conjugalidades e utopias – reflexões sobre um mundo hipermoderno**. Rio de Janeiro: Nova Perspectiva Sistêmica, n. 32, p. 65-72, dez. 2008.

Boszormenyi-Nagy, I.; Spark, G. M. (2003). **Lealtades Invisíveis**. Buenos Aires: Amorrortu, Cap 3. p. 54-71.

Capra, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. Trad. Newton Roberval Eichenberg. São Paulo: Cultrix, 1996. Capítulo 2.

Carter, B. & McGoldrick, M. **As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar**. Trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese, 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 1995. Capítulo 17.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em :
<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2031&id_pagina=1>. Acessado em 13 de outubro de 2012.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em :
<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2010/default.shtm>>. Acessado em 17 de janeiro de 2013.

Minuchin, S. **Famílias: funcionamento e tratamento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992. Capítulo 3.

Oliveira, A. L. de. **“Irmãos, meio-irmãos e co-irmãos” : A dinâmica das relações fraternas no recasamento**. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica). São Paulo: PUC-SP, 2005.

Oliveira, D. de; Siqueira, A. C.; Dell’Aglia, D.; Dalbosc & Lopes, R. de C. S.. **Impacto das Configurações Familiares no Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes: Uma Revisão da Produção Científica**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Interação em Psicologia*, 2008, 12(1), p.87-98.

Ribeiro, R. M. F.. **Adoção emocional em famílias em recasamento: um estudo sobre a construção das relações afetivas entre padrastos /madrastas e seus enteados**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação EICOS – Estudos Interdisciplinares de Comunidade e Ecologia Social. UFRJ – Rio de Janeiro, 2005.

Ried, J.; Pereira, A. C.. **Família monoparental masculina: o cotidiano e suas vicissitudes**. Rio de Janeiro: Nova Perspectiva Sistêmica, n. 44, p. 81-93, dez. 2012.

Rosselli, F. M. C. **Mãe e criança: Separação e reencontro: observação em situação de grupo**. São Paulo: Edicon, 1986. Introdução.

Soares, L. C. E. C.. **“Você não é meu pai!” – Atribuições de padrastos e madrastas em famílias recasadas após separação conjugal**. *UERJ*, v.12, n.1, p.319-326, Rio de Janeiro, 2012.

Travis, S. **Construções familiares: Um estudo sobre a clínica do recasamento**. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica). Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2003.

Vasconcelos, M. J. E. de. **Pensamento Sistêmico: O novo paradigma da ciência**. 7 ed. Campinas, SP: Papirus, 2002. Capítulos 3 e 4.